

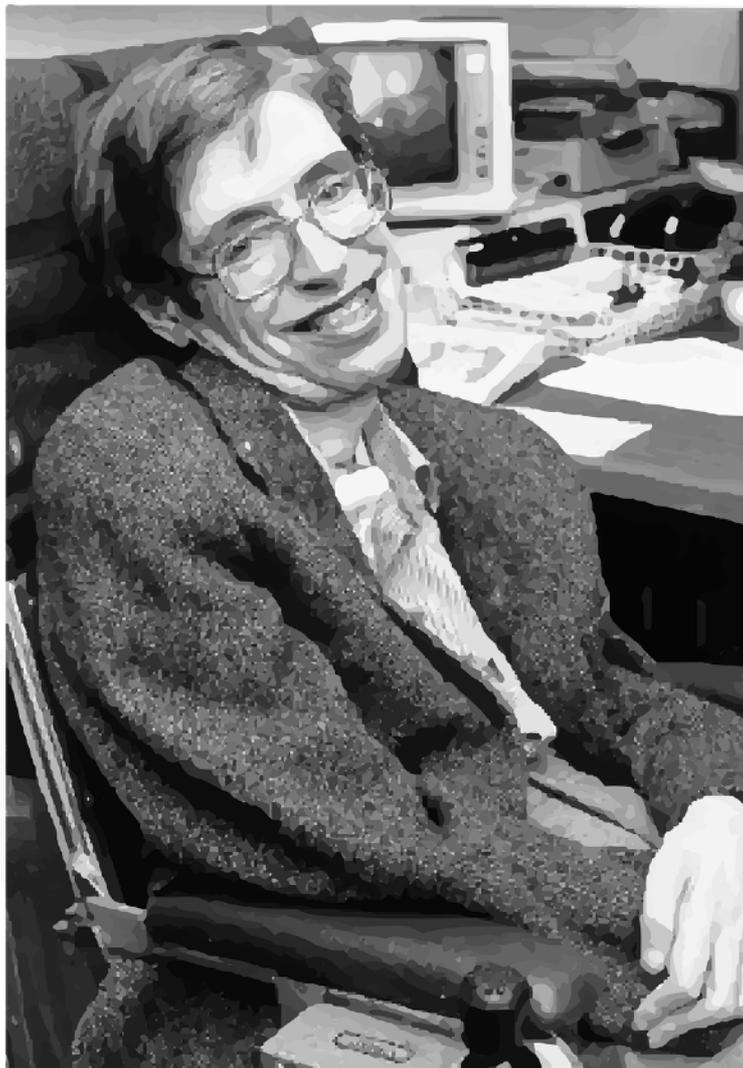


ABPMC
COMUNIDADE

**Para um mundo acessível: mudando a forma de
olhar para a deficiência**

Laureane Marília de Lima Costa

Ruth do Prado Cabral



Se você é uma pessoa sem deficiência, pare por um instante e pense em quantas pessoas com deficiência você já conheceu na vida. Onde as encontrou? Que papel elas estavam ocupando? O que faziam? Qual seu primeiro sentimento em relação a elas? A depender de suas respostas a essas

perguntas, talvez você fique surpreso(a) ao saber que uma das autoras desse texto, é cadeirante.

Se você é uma pessoa com deficiência, pense em quantas vezes foi vista como “exemplo de superação” ou como incapaz. Como esses rótulos são percebidos por você? Quantas vezes alguém se referiu a você falando com seu (sua) acompanhante? Quantos rostos surpresos você já encontrou por estudar ou trabalhar?

Infelizmente, ainda é comum que a sociedade se surpreenda ao encontrar uma pessoa com deficiência em espaços que, historicamente, lhes foram negados, como o espaço acadêmico, por exemplo. Nestas ocasiões, as situações desfavoráveis estão mais aparentes que as circunstâncias que favoreceram o alcance desse espaço pela pessoa com deficiência. Assim, abre-se espaço para a falácia da meritocracia. Sendo comum discursos como “tanta gente normal se envolvendo com crimes, enquanto outras pessoas com muito mais dificuldade trabalham honestamente”.

Esse tipo de discurso abre margem para atribuição de mérito para uns (umas) e culpa para outros (as), como se o espaço que as pessoas ocupam fosse responsabilidade exclusiva delas. Como se o “sucesso” não passasse de uma escolha individual. Além disso, tal discurso está impregnado de capacitismo. Capacitismo é a crença de que pessoas com deficiência são menos capazes que pessoas sem deficiência, em qualquer aspecto.

O capacitismo consiste no veemente e incansável pressuposto de que as pessoas com deficiência, são generalizadas como incapazes de produzir, aprender, cuidar, sentir desejo, de ter relações afetivas e sexuais, ocupando assim o lugar de confinamento legitimado pelo desconhecimento do lugar social que estas ocupam. Outro contraponto referente ao capacitismo diz respeito a diferentes aspectos, que perpassam desde a acessibilidade até a não aceitação dos corpos que não correspondem ao padrão normativo. No espaço visível: elevadores que não funcionam, rampas obstruídas, dificuldade para pegar ônibus, baixíssima quantidade de carros/taxis adaptados para carregarem de cadeira de rodas. Nas interações silenciadas pelo

desconhecimento, temos baseado na expectativa do comum, esbarrado nos preceitos da não-diversidade também dos corpos, nomeado pela corponormatividade que expressa ao meio social insensível à diversidade corporal, assim temos conotações verbais (legitimadamente) pejorativas contra às pessoas que fogem dos padrões corporais, incluindo, a pessoa com deficiência. No espaço invisível, temos a materialização de atitudes preconceituosas que hierarquizam os indivíduos em função da capacidade funcional.

A invisibilidade social, é posta como o primeiro sintoma do preconceito decorrente da deficiência. Pôr-se em lugar de visibilidade é deixar de ser por referência “a mulher da cadeira de rodas”, “a psicóloga cega”, “aquela que anda de muletas”... O lugar da mulher com deficiência marca as diversas vulnerabilidades a serem incluídas como pauta do feminismo que abrange a diversidade e não repete os mesmos padrões sociais vigentes. A lógica capacitista se assemelha às lógicas sexista, racista e homofóbica, para listar algumas. Aqui, contamos com contribuições importantes do modelo social da deficiência e da crítica feminista, concebendo que a deficiência é fruto da relação entre um corpo deficiente e um ambiente (físico e social) opressivo, e requerendo políticas de cuidado como um direito humano.

Considerando o panorama capacitista, a surpresa mencionada antes, está relacionada à incredulidade de que a pessoa com deficiência é capaz de ocupar espaços além da mendicância. E que, se algumas conseguem, aquelas que não conseguiram (tendo ou não deficiência), não o fizeram porque não quiseram. De fato, uma pessoa com deficiência gasta mais energia que uma pessoa sem deficiência para acessar coisas comuns (maior custo de resposta), tendo em vista a precariedade da acessibilidade física e social na maioria dos espaços, inclusive do mercado de trabalho. Se interrompêssemos nossa investigação aqui, a ideia de que “quem quer, se esforça e consegue” seria verdadeira. Mas, se pegarmos uma “lupa” e olharmos com mais cuidado as circunstâncias nas quais pessoas com e sem deficiência estiveram expostas ao longo da vida, veremos que é possível explicar o papel que ocupam, sem

recorrer a meritocracia. Ao termos chance de investigar os contextos familiares, escolares, sociais, políticos, econômicos das pessoas, enxergamos que suas conquistas estiveram entrelaçadas às oportunidades oferecidas e não desconectas de “qualquer sorte”.

Vias de regra, a palavra mérito (“cracia”), designa de forma ineficiente uma descrição operacional cabível no contexto das pessoas com deficiência. Elabora-se um vocábulo contido nos aspectos da aceitação: “Se afinal não está ali, é porque não mereceu” ou ainda: “Se mesmo com dificuldade essa pessoa está ali, o sucesso depende do esforço individual”. Assim, o esboço do conceito de meritocracia se opõe ao entendimento do comportamento como fenômeno multideterminado, de forma que a contraposição tem seu início marcado na correlação entre os fenômenos. Ao entender o comportamento presente como fruto da história de vida, da história genética e do ambiente físico e social daquela pessoa, coloca-se no contexto a explicação pelo comportamento, tirando do indivíduo o mérito por apresentá-lo e/ou a culpa por não apresentá-lo. Assim, desconstrói-se o conceito de meritocracia. Dessa forma fica claro que o reconhecimento de bons desempenhos não pode ser feito pela exclusão e demérito dos que não têm as mesmas oportunidades.

Enquanto a explicação baseada na meritocracia valida a exclusão da pessoa com deficiência, a explicação contextual do comportamento permite olhar para as causas reais da exclusão e com isso modificá-las para permitir um mundo mais inclusivo e igualitário. Além disso, essa visão contextual permite que, ao nos deparar com pessoas com deficiência ocupando espaço que antes lhes eram negados, olhemos para as variáveis ambientais que favorecem seu ingresso e permanência em tais espaços, ao invés de ficar surpresos ou reforçar o estereótipo do “exemplo de superação”, reações que apenas justificam as desigualdades. É preciso abandonar explicações que se sustentam “na força de vontade” e no “esforço individual” e olhar para as condições que estão ao redor de cada pessoa. Apenas olhando para o ambiente poderemos propor explicações coerentes que possibilitem intervir por uma sociedade mais igualitária.



Referências

Baum, W. M. (2006). Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução (M. T. A. Silva, trad.). Porto Alegre: Artmed.

Diniz, D. (2007). O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense.

Sobre as autoras:

Laureane Marília de Lima Costa é psicóloga pela Universidade de Rio Verde (UniRV). Especializanda em psicoterapia analítico-comportamental pelo Instituto Goiano de Análise do Comportamento (IGAC). Atualmente é professora contratada da UniRV.

Ruth do Prado Cabral é psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela PUC-GO. Professora do Ceulp Ulbra e do IGAC.